

# Credor só envia dinheiro se Brasil pagar os juros

**Rosental Calmon Alves**  
Correspondente

AMSTERDÃ — O Brasil obteve finalmente a dispensa formal da cláusula que há três meses vinha impedindo o desembolso pelos bancos credores da segunda parcela do chamado dinheiro novo, previsto no acordo de reescalonamento assinado em setembro passado. O ministro Mailson da Nóbrega informou que dentro de duas semanas o dinheiro será desembolsado e imediatamente usado para o pagamento dos US\$ 550 milhões de taxas e juros, vencidos quarta-feira passada. Banqueiros credores, no entanto, disseram o contrário: só farão o desembolso depois que o Brasil pagar esse atrasado.

Essa segunda parcela dos US\$ 5,2 bilhões do dinheiro novo era esperada para dezembro, mas estava condicionada à liberação de um empréstimo de US\$ 500 milhões de dólares pelo Banco Mundial (Bird) para o setor elétrico brasileiro. Devido a um impasse criado pela oposição do Bird à construção da usina nuclear Angra III, as negociações sobre esse financiamento foram paralisadas, impedindo assim que o dinheiro novo fosse desembolsado. Os banqueiros exigiram que o governo brasileiro apresentasse um pedido formal de *waiver* (perdão) dessa exigência, aceitando que a condição passasse a ser dois outros créditos já aprovados pelo Bird.

**Reempréstimo** — “Junto com esse pedido, o Brasil teve de solicitar outro *waiver*,

desta vez para o não cumprimento da cláusula contratual que previa operações de *relending* no valor de US\$ 1,5 bilhão, durante este ano. O *relending* é o reempréstimo de depósitos em nome dos credores externos feitos, ano atrás no Banco Central do Brasil, mas que não foram enviados ao exterior por falta de divisas. Esses depósitos compulsórios, em cruzados, seriam reemprestados a companhias brasileiras, em operações financeiras que garantiriam grandes lucros aos bancos estrangeiros. O cancelamento das operações de *relending* deste ano foi decidido como parte do Plano Verão, devido ao impacto inflacionário (o governo tem de emitir cruzados para serem reemprestados), mas ainda está de pé o compromisso para que a operação comece em janeiro de 1990.

Os banqueiros ficaram irritados não só com este cancelamento, mas também com a suspensão por prazo indeterminado dos leilões de conversão da dívida (outra operação bastante lucrativa para os bancos credores, mas igualmente inflacionária, porque leva o Banco Central a emitir). Mesmo ante a insistência dos banqueiros particulares reunidos aqui em Amsterdam, Mailson não quis se comprometer com um prazo para a volta dos leilões. Disse, porém, que a conversão poderá recomeçar “ainda neste semestre”.

O ministro ficou muito contente com o fato de que o comitê de bancos credores tenha conseguido reunir o número suficiente de banqueiros para a concessão dos *waivers* (era preciso a aprovação de credores que tenham

mais de dois terços da dívida brasileira renegociada). “Foi uma grande demonstração de apoio ao Brasil, principalmente porque o país está em atraso no pagamento dos juros”, disse Mailson. De certa maneira, ficou claro que, mesmo sem dizer abertamente, o Brasil deixou os bancos entenderem que, se não fosse dado o perdão necessário para a liberação rápida dos US\$ 600 milhões, o Brasil não pagaria os US\$ 550 milhões de juros. Isso não agradou, aos banqueiros, que prometeram, ontem, atrasar o desembolso se o Brasil não recorrer primeiro a recursos de suas reservas para pagar o atrasado.

Mailson se encontrou ontem com representantes dos principais bancos credores do Brasil e com o diretor-gerente do FMI, o vice-presidente para a América Latina e com o subsecretário do Tesouro dos Estados Unidos, David Mulford, o principal articulador do Plano Brady. O ministro disse que há lugar para otimismo quanto a uma solução para a questão da dívida. Mulford informou sobre outras idéias para redução da dívida, além das anunciadas pelo secretário Nicholas Brady, e disse que, em seus contatos aqui em Amsterdã, os demais países industrializados têm dado apoio ao plano americano.

Em relação ao Plano Brady, Mailson acha as medidas devem ser adotadas com muito cuidado e discrição para não prejudicarem uma das maiores vantagens que existe atualmente: o deságio (nos títulos negociados no mercado secundário).

Amsterdã — Reuter



**Camdessus: elogios ao Japão e apelo aos europeus**